

## AGRAVAMENTO DAS CRISES ECONÔMICA E POLÍTICA INDUZ MUDANÇAS NO PAÍS

### PIB dos serviços recua 2,1% em 2015

Segundo o IBGE, o PIB brasileiro caiu 4,0% em 2015. Essa variação é resultado de uma queda de 20,6% no investimento e de 4,0% no consumo das famílias brasileiras. O consumo do governo também contribuiu negativamente ao recuar 1,0% em relação ao ano anterior. O resultado externo aliviou a queda do PIB, pois as exportações cresceram 6,1% e as importações recuaram 14,3% no último ano.

Entre os setores de atividade econômica, a indústria de transformação liderou a retração econômica com queda de PIB de 9,7% em 2015. O comércio também sofreu perdas severas, com recuo de 8,9% do seu valor adicionado. A agropecuária e a extração mineral, ao contrário, apresentaram expansões de 1,8% e 4,9%, respectivamente, devido à recuperação do mercado externo – preços e volumes de exportação cresceram no último ano em relação ao anterior, reflexo do crescimento de 3,5% da economia mundial.

Em 2015, os serviços privados não financeiros observaram retração de PIB de 2,1% em razão dos resultados ruins dos setores de transportes e de energia, gás e saneamento, que tiveram quedas reais de PIB de 6,5% e 1,4%, respectivamente. No caso de transportes, pesou a retração da própria indústria de transformação e do comércio, que demandaram menos serviços no ano passado. No caso dos serviços de energia, gás e saneamento, as crises hídrica e energética ocasionaram retrações muito fortes da demanda. A queda de PIB não foi maior porque as tarifas administradas desses serviços sofreram aumentos elevadíssimos.

### Balança de serviços melhora

Segundo dados do Banco Central do Brasil, a balança de serviços apresentou uma melhora no ano passado, com redução do déficit de USD 48,5 bilhões em 2014 para USD 36,9 bilhões em 2015. Isso significou uma redução de USD 11,5 bilhões entre os dois períodos. É importante notar, contudo, que caíram tanto as despesas dos brasileiros com serviços prestados no exterior quanto as receitas brasileiras com exportações de serviços a estrangeiros. Entre 2014 e 2015, as despesas passaram de USD 88,6 bilhões para USD 70,7 bilhões e as receitas de USD 40,2 bilhões para USD 33,8 bilhões.

Os itens que mais contribuíram para a redução de USD 17,9 bilhões das despesas dos brasileiros no exterior foram as viagens internacionais, que foram reduzidas em USD 8,2 bilhões (46% do total da queda), e os gastos com serviços de transportes, que caíram USD 4,3 bilhões (ou 24% do total da queda). Também houve quedas nas receitas com viagens internacionais e transportes, mas o principal item a apresentar redução foram as receitas com outros serviços de negócios, cuja retração foi de USD 4,046 bilhões (63% da queda total). Nesse grupo de serviços estão incluídos os serviços de pesquisa e desenvolvimento, serviços jurídicos, serviços de publicidade, serviços de engenharia e arquitetura, serviços de limpeza e despoluição.

Essas estatísticas mostram que a desvalorização cambial observada no período e o crescimento econômico mundial superior brasileiro não resultaram num volume de exportações de serviços maior. O dólar norte-americano teve uma valorização de 41,6% entre 2014 e 2015 e a expansão da economia mundial foi 7,3 pontos percentuais maior que o

crescimento do país. Esses fatores deveriam favorecer as vendas. Por essa razão, a queda das receitas de exportação de serviços reforça a ideia de que os problemas estruturais de competitividade do país estão além das oportunidades de mercado que podem surgir com um câmbio mais favorável ao exportador de serviços e uma demanda mundial mais aquecida.

## Ajuste fiscal incompleto

As informações mais recentes do Tesouro Nacional dão conta de que o ajuste fiscal pretendido para 2015 não foi efetivado. O resultado primário do Governo Central passou de um déficit acumulado em 2014 de R\$ 17,2 bilhões para um déficit acumulado de R\$ 115 bilhões em 2015. O aumento em quase R\$ 100 bilhões do déficit primário do país resultou, de um lado, do aumento de 11,6% das despesas do Governo Central e, de outro, do aumento nominal de apenas 2,1% das receitas líquidas entre 2014 e 2015.

O Governo Central iniciou o ano com um superávit primário de R\$ 14,8 bilhões em janeiro de 2016, o que reflete a própria sazonalidade das receitas e despesas. Com esse resultado, o déficit acumulado em 12 meses caiu para R\$ 110 bilhões. Contudo, os dados de janeiro mostram uma melhora relativa quando comparados às estatísticas de janeiro de 2014: nota-se um aumento de 17,6% nas receitas líquidas e uma expansão de 14,9% nas despesas. Isto sinaliza para um déficit menor, mas ainda elevado para este ano.

A preocupação maior continua sendo o crescimento do custo de financiamen-

## PIB por setor de atividade, R\$ Bilhões

Setores de atividade	a preços do 4º trimestre de 2015		
	2014	2015	var. (%)
Agropecuária	275,27	280,31	1,8%
Extrativa Mineral	96,64	101,33	4,9%
Indústria de Transformação	697,53	629,56	-9,7%
Construção	353,62	326,64	-7,6%
Comércio	711,12	648,08	-8,9%
Financeiro	407,41	408,24	0,2%
Serviços públicos	1.049,37	1.049,02	0,0%
Serviços privados não financeiros	1.951,32	1.910,51	-2,1%
<b>PIB a custo de fatores</b>	<b>5.542,29</b>	<b>5.353,69</b>	<b>-3,4%</b>

## Demanda agregada, R\$ Bilhões

Componentes de demanda	a preços do 4º trimestre de 2015		
	2014	2015	var. (%)
Consumo	4.024,78	3.863,87	-4,0%
Gastos do governo	1.378,44	1.364,00	-1,0%
Investimento*	1.395,72	1.107,94	-20,6%
Exportação	792,23	840,44	6,1%
Importação	1.094,69	937,92	-14,3%
<b>PIB a preços de mercado</b>	<b>6.496,49</b>	<b>6.238,33</b>	<b>-4,0%</b>

## Serviços privados não financeiros, R\$ Bilhões

Abertura de serviços	a preços do 4º trimestre de 2015		
	2014	2015	var. (%)
Energia, saneamento e gás	142,02	140,03	-1,4%
Transportes e logística	224,43	209,81	-6,5%
Serviços de informação	164,70	164,15	-0,3%
Prestados às famílias e empresas	511,72	513,28	0,3%
Serviços imobiliários	908,45	883,24	-2,8%
<b>Total</b>	<b>1.951,32</b>	<b>1.910,51</b>	<b>-2,1%</b>

Fonte: IBGE. (\*) Inclui a formação bruta de capital fixo e a variação de estoques.

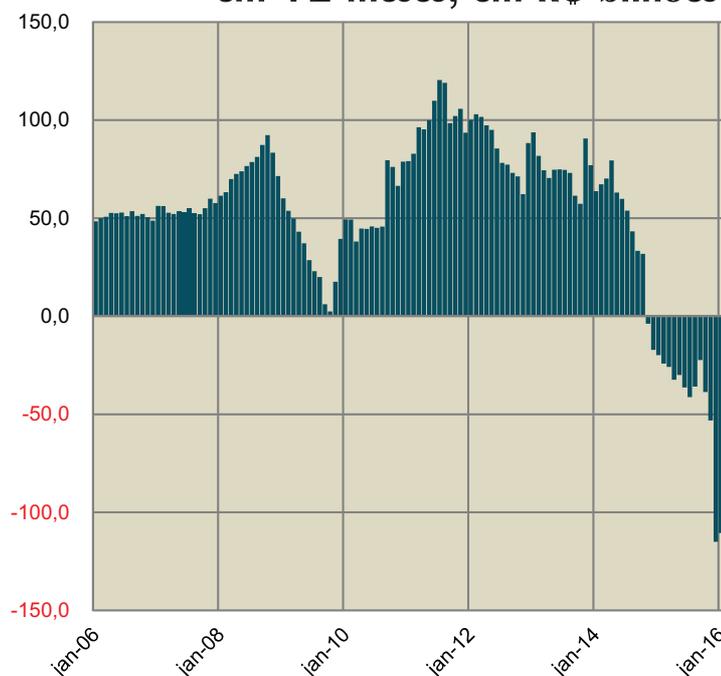
to da dívida pública, que aumentou sensivelmente com a expansão da dívida e com o aumento dos juros ao longo dos últimos dois anos. A Dívida Pública Federal em poder do público passou de R\$ 2,046 trilhões em janeiro de 2014 para R\$ 2,750 trilhões em janeiro de 2016, indicando crescimento de 34,4%. O custo médio da Dívida Pública Federal, por sua vez, passou de 11,61% ao ano em janeiro de 2014 para 16,44% ao ano em janeiro de 2016. Isso reflete o aumento de 4 pontos percentuais da taxa de juros básica da economia, que passou de 10,2% ao ano para 14,2% ao ano entre janeiro de 2014 e janeiro deste ano. A consequência desses dois movimentos foi o aumento do custo de financiamento da dívida de R\$ 238 bilhões por ano para R\$ 452 bilhões por ano nos últimos 24 meses – isso implicou um aumento de custo para o Tesouro Nacional de mais de 90%.

## Inflação elevada

Apesar da queda das atividades na economia brasileira, as taxas de inflação continuam elevadas. No primeiro bimestre de 2016, o IPCA já acumula variação de 10,5% em relação a igual período do ano anterior. Esse resultado ruim reflete os aumentos acumulados das tarifas de energia elétrica e da alimentação em casa, que foram de, respectivamente, 38,0% e 14,5% nessa comparação. Isso aponta para uma variação do IPCA ainda superior à meta, mesmo considerando que as tarifas de energia devem crescer menos, ou até cair, este ano.

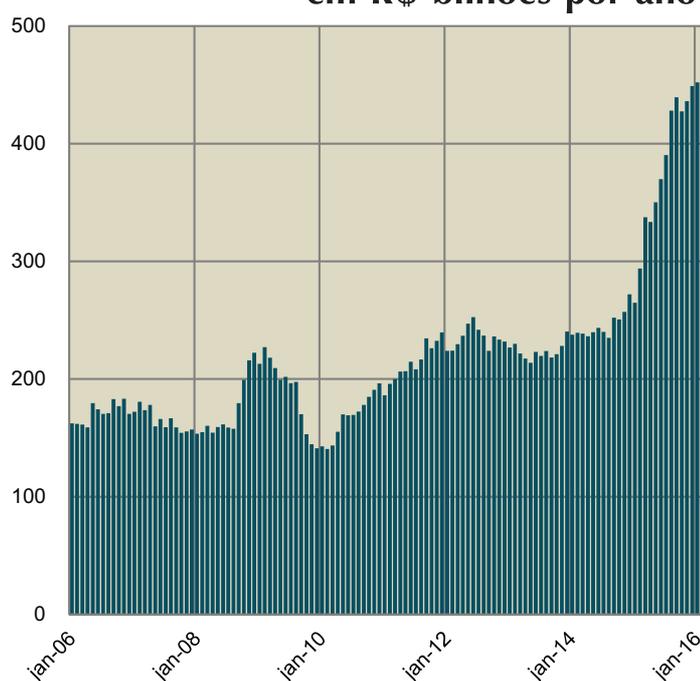
O IGP-DI registrou elevação de 11,8% entre o primeiro bimestre deste ano e igual período do ano anterior. Neste caso, além da elevação dos preços ao consumidor, pesou o aumento dos preços no atacado, principalmente de produtos agropecuários, cujos preços foram puxados pelo aumento das exportações.

## Resultado primário acumulado em 12 meses, em R\$ bilhões



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

## Custo da dívida pública federal em R\$ bilhões por ano



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Nos serviços privados não financeiros, o comportamento de preços é bastante distinto. Na média dos setores, houve aumento de preços de apenas 5,2% entre janeiro de 2016 e igual período do ano anterior. Aqui pesaram os aumentos pequenos dos serviços de informação (2,9%) e de serviços prestados às famílias (6,6%). Os serviços e transportes também tiveram crescimento relativamente pequeno de 2016 (6,3%) em razão da queda de 16,7% das tarifas aéreas.

## Retração do emprego

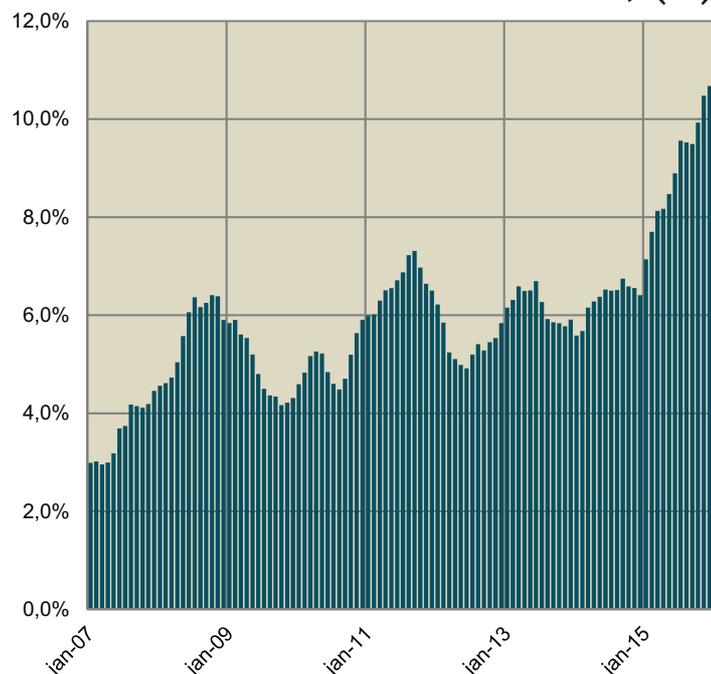
O nível de emprego no Brasil continuou caindo no início de 2016 em razão da crise política e econômica. Em janeiro, estimativas da Confederação Nacional dos Serviços feitas com base em dados do Ministério do Trabalho e Previdência Social dão conta de que havia 47,524 milhões de trabalhadores com carteira assinada no país. Esse número foi 3,2% menor do que havia em janeiro de 2015. Isso indica que, nos últimos 12 meses, foram encerrados 1,591 milhão de postos de trabalho formais.

Entre os setores de atividade econômica, a maior retração foi observada na construção civil, cujo emprego caiu 14,6%. Entre janeiro deste ano e janeiro do ano passado, o setor fechou 446 mil vagas. A indústria de transformação, cujo estoque de trabalhadores reduziu-se em 8,1%, foi o setor com maior número de postos de trabalho encerrados nesse período: 632 mil. O emprego no comércio e nos serviços também observaram quedas de, respectivamente, 2,0% e 1,1%.

## Faturamento dos serviços em queda põe emprego em risco

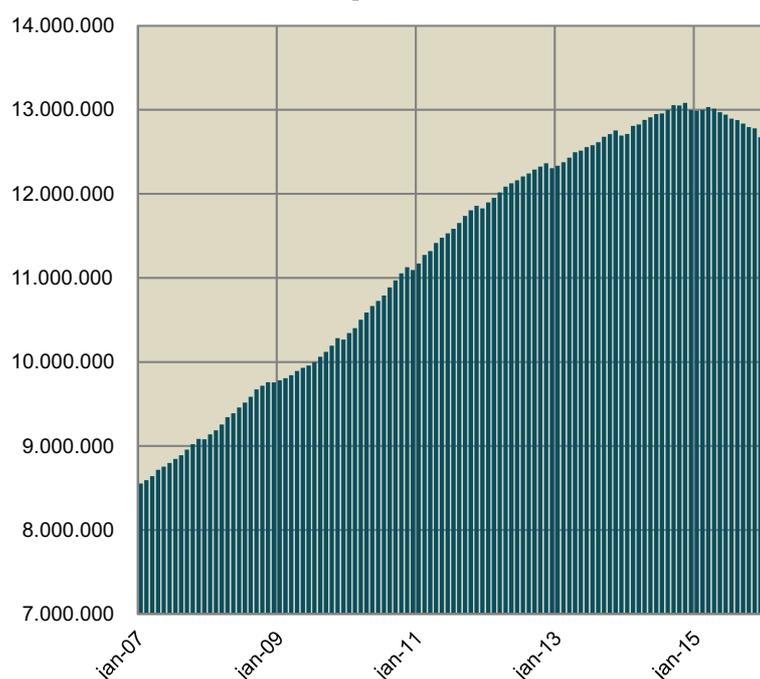
Os serviços privados não financeiros – que excluem a administração pública e o setor financeiro – registraram queda acentuada de

## Taxa de variação do IPCA em 12 meses, (%)



Fonte: IBGE.

## Emprego com carteira assinada nos serviços privados não financeiros



Fonte: CNS

emprego pela primeira vez desde 2006. A queda acumulada em 12 meses foi de 2,6%. O emprego cresceu de forma consistente até o final de 2014. No início de 2015, houve estagnação e, a partir de abril, o emprego começou a cair. Entre março de 2015 e janeiro de 2016, os serviços privados não financeiros já fecharam 381 mil vagas.

Como observado na seção que apresentou os resultados do PIB, as maiores perdas vieram nos segmentos de serviços prestados às empresas e serviços de transportes, dois segmentos cujas operações estão diretamente ligadas às atividades da indústria de transformação, da construção civil e do comércio. No segmento de serviços prestados às empresas foram encerradas 213 mil vagas (57% do total das vagas encerradas) e, no de transportes, 95 mil postos de trabalho (ou 25% do total das vagas encerradas nos últimos 12 meses).

Outro dado que corrobora a retração das atividades dos serviços privados não financeiros é a evolução do faturamento. Em termos nominais, as receitas do setor caíram 0,1% entre janeiro de 2015 e janeiro de 2016 segundo a Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE. Em termos reais, isso equivale a uma redução de 5,1% no acumulado de 12 meses. Entre os segmentos analisados, vale destacar as quedas observadas no faturamento dos serviços prestados às empresas, de 9,1% em termos reais, e nos serviços de transportes, de 5,8%.

## Cenário incerto pede mudanças

Como foi apontado na edição do Boletim de Conjuntura da CNS de dezembro de 2015, o contexto econômico de 2016 está bastante complexo. O desemprego está em elevação e o custo da dívida pública federal, que cresceu de forma desastrosa ao longo de 2015, deve restrin-

gir ainda mais o investimento público. Há pressões em todas as esferas de governo para aumentar a carga tributária, o que de imediato teria um efeito negativo sobre as atividades econômicas. A desvalorização cambial ainda traz efeitos sobre a elevação de preços e o aumento das exportações pressiona os preços internos das commodities agropecuárias. É, portanto, impossível um resgate de curto prazo do crescimento econômico com redução da inflação. Ao contrário, sinaliza-se uma recessão que pode ser superior a 3,5% e uma inflação próxima a 8,0% ao ano.

O cenário econômico, contudo, pode se agravar ainda mais em razão da perda de confiabilidade de consumidores e de empresários, o que tem contribuído para retrair o consumo de bens duráveis, o investimento e a produção. A paralisia administrativa causada pela crise política é outro fator que leva à deterioração das expectativas. O acirramento do conflito entre partidos, o andamento do processo de impeachment e a evolução das investigações de corrupção têm exaltado ânimos e têm ditado uma dinâmica dos fatos absolutamente incerta. A mudança de governo parece ser condição necessária para a melhora dos cenários econômico e político. Contudo, a mudança não reconstituiria por si só as condições de governabilidade, algo que demandará tempo maior para sua consecução devido ao fato de as principais lideranças partidárias estarem em foco nos processos contra a corrupção.

Nesse contexto, medidas de estímulo às atividades de serviços, as quais são intensivas de mão de obra, podem contribuir para o aumento do emprego e para a recuperação econômica. Nesse sentido, o estímulo ao investimento no setor de turismo doméstico se somaria à desvalorização cambial para aumentar a competitividade brasileira.